

**APRENDER NO INTERIOR PORTUGUÊS:
VÉRTICES PARA UM PENSAMENTO INTEGRADO
E UMA ACÇÃO RESPONSÁVEL**

Bravo Nico

Para iniciar

A Educação acontece sempre numa determinada circunstância. Um espaço, um momento, uma época, um ambiente relacional, uma rede institucional, um território são, entre outros, vértices que sempre determinam os limites da *geometria circunstancial* de cada episódio educativo.

No interior português – nos tempos que vivemos, nas circunstâncias sociais, culturais e económicas em que nos encontramos submersos, na realidade demográfica com que nos confrontamos e perante os desafios que se nos colocam, no futuro imediato –, a qualidade do acesso à Educação é uma das principais dimensões que determinam as mais fundamentais decisões das pessoas, das empresas e das instituições. Entre essas decisões essenciais está aquela que será, eventualmente, uma das mais determinantes para o futuro do interior português: decidir ficar ou decidir sair.

Pensar a Educação, no interior português – esvaziado de pessoas, debilitado económica e socialmente e sujeito ao maior desafio que alguma vez já enfrentou, tendo em vista a sua sobrevivência –, deve-nos remeter para uma equação em que, às variáveis mais essenciais (as questões da igualdade de oportunidades e da justiça social) e mais técnicas (que decorrem dos conhecimentos, dos métodos ou dos recursos didácticos), se devem juntar as novas variáveis que resultam da necessidade de estancar o despovoamento, de promover um adequado ordenamento do território, de assegurar a sustentabilidade das pequenas comunidades, de promover a empregabilidade dos indivíduos e a competitividade das empresas, de reforçar os laços sociais e de aumentar a atractabilidade do território.

Um território: um pensamento, uma rede, uma acção

Pensar a Educação e a Formação, no interior português, é, nestas circunstâncias e na actualidade, um exercício que, convocando-nos para uma reflexão mais global, nos posiciona perante novos desassossegos, novas questões e novos desafios e, por isso mesmo, nos deve suscitar uma nova matriz de pensamento que induza novas respostas e abra novas avenidas de intervenção social e territorial.

Mais do que em qualquer outra circunstância territorial – onde as dimensões demográficas, económicas e culturais possibilitam outra latitude reflexiva e decisional –, no interior, qualquer exercício de reflexão em torno das redes de aprendizagem deverá assentar num pensamento global, integrado e coerente. Um pensamento que, promovendo as potencialidades existentes e diminuindo as dificuldades evidentes, assuma a rede de qualificação territorial como um fundamental instrumento político para aumentar a capacidade do território em atrair e fixar pessoas e empresas, incrementar a capacidade geradora de riqueza e, em consequência, potenciar as melhores condições para garantir uma verdadeira coesão social que garanta efectivas condições de igualdade de oportunidades na realização pessoal, familiar e profissional de cada cidadão.

No que aos sistemas de educação e formação diz respeito, a realidade existente, actualmente, no contexto português, revela-nos a presença concomitante de diversas redes de aprendizagem, que se sobrepõem e, muitas vezes, se conflituam, numa relação autofágica, sem qualquer sentido nem benefício para as populações ou para o território.

De facto, assistimos, na actualidade, no interior português, à presença de, no mínimo, seis redes de aprendizagem;

- i) **a rede formal de educação**, que depende do Ministério da Educação e que se concretiza através de milhares de estabelecimentos de ensino – públicos, privados e cooperativos – que asseguram, em condições muitas vezes desiguais, o acesso da população à educação pré-escolar, aos ensinos básico e secundário e, mais recentemente, às ofertas destinadas a uma população adulta. Todo este universo de instituições escolares, apesar de se relacionarem, hierárquica e verticalmente, com as respectivas estruturas centrais e regionais que as tutelam, revelam, com alguma frequência, uma evidente dificuldade de diálogo horizontal, com as suas congéneres que operam na mesma circunstância territorial e social. Tal facto diminui a capacidade de o sistema formal de Educação oferecer um conjunto de ofertas educativas mais racional e coerente e, dessa forma, torna mais difícil o desenho articulado de uma rede territorial que contemple, integradamente, todos ambientes de aprendizagem existentes;
- ii) **a rede formal de formação**, que depende do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e que se materializa através de um sistema dotado de relativa

autonomia de funcionamento, e concretizado através de centenas de centros de formação que disponibilizam percursos de aprendizagem para jovens e adultos. Em algumas realidades territoriais ainda é evidente a sobreposição desta oferta formativa com a que é disponibilizada pelas escolas oficiais, facto que multiplica investimentos em infra-estruturas, adiciona custos de funcionamento e promove, paradoxalmente, uma competição por um público-alvo que é escasso, atendendo à depressão demográfica com que o interior se vê confrontado;

iii) *a rede formal de ensino superior*, sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e que acontece através de dezenas de estabelecimentos de ensino superior – universitário e politécnico, públicos e privados – que asseguram uma ampla oferta curricular. O regime de autonomia de que o ensino superior goza, no contexto jurídico português tem impedido, quase sempre, qualquer diálogo entre as instituições. Se, num passado ainda próximo, a generalização do acesso ao ensino superior possibilitou a viabilidade de toda a oferta formativa, actualmente as circunstâncias alteraram-se dramaticamente, em consequência da variável demográfica e da intensa e desigual competição entre as instituições que se localizam no interior – mais recentes e, por isso mesmo ainda em período de consolidação dos seus projectos e dos seus relacionamentos com o seu território – e aquelas que operam nas grandes zonas metropolitanas e no litoral – mais antigas, com maior sedimentação institucional e territorial e com uma maior capacidade de atrair os seus estudantes. Esta nova realidade determinará, mais do que nunca, a necessidade de uma articulação mais séria e partilhada entre as instituições de ensino superior do interior do país, não no sentido da sua circunscrição fragilizante ao território que as acolhe, mas para a potenciação de todos os seus recursos físicos, técnicos e humanos, no sentido de as fazer ombrear com as suas congéneres nacionais e internacionais;

iv) *uma rede formal de qualificação*, promovida por dezenas de instituições privadas – instituições particulares de solidariedade social, associações de desenvolvimento local, fundações, entre outras – que proporcionam um alargado espectro de oportunidades de formação, quase sempre de cariz profissionalizante. Na realidade, desde a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (actual União Europeia) e do consequente acesso aos

quadros comunitários de apoio – particularmente aos programas de desenvolvimento do mundo rural – verificou-se uma autêntica revivificação do movimento associativo local, através do aparecimento de centenas de associações de desenvolvimento local. Estas instituições, geradas na sociedade civil, acolheram milhares de jovens qualificados – muitas vezes oriundos dos contextos urbanos – que tiveram um papel fundamental na respectiva matriz de funcionamento. De um paradigma voluntário e com pouca formalidade organizativa e de funcionamento, estas associações introduziram um paradigma altamente profissional e organizaram-se, muitas vezes, em torno de projectos de qualificação territorial, institucional e pessoal. Em muitos territórios (concelhos e freguesias) a actividade educativa e formativa destas instituições ainda hoje tem importância equivalente à acção das instituições da rede formal de Educação e Formação.

- v) ***uma rede não-formal de aprendizagem***, que resulta da acção de milhares de instituições da sociedade civil (escolas de música e de teatro, associações juvenis, organizações não governamentais, agrupamentos de escuteiros, grupos religiosos) que foram criando e concretizando, desde sempre, iniciativas locais que, com maior ou menor conteúdo educacional, sempre foram uma oportunidade mais fácil e mais próxima de acesso a ambientes de aprendizagem marcados por uma forte componente relacional e por uma marcada convivialidade. Em cada freguesia são várias as instituições desta natureza envolvendo, normalmente, muitas das famílias e das pessoas aí residentes. Quase sempre estas instituições possuem instalações físicas e recursos técnicos de alguma qualidade e importância no contexto local;
- vi) ***uma rede não-formal de aprendizagem*** existente no tecido empresarial existente no território. Na generalidade constituída por empresas de pequena dimensão (micro, pequenas e médias empresas), esta realidade, no interior português, é extraordinariamente importante porque é ela que assegura o exercício de um direito básico: o direito ao Trabalho. É em torno das condições do exercício a este direito que, muitas vezes, repousarão as mais definitivas decisões acerca da fixação das pessoas e das famílias em determinado território.

Pensar a Educação e a Formação, nesta realidade diversa, onde a presença de milhares de instituições que promovem, de forma plural, uma plêiade de ambientes de aprendizagem com

as mais diferentes finalidades, os mais diversos meios e dirigidos a todos os possíveis públicos, coloca-nos perante uma necessidade evidente: conhecer, com alguma objectividade, esta cartografia das aprendizagens.

Conhecer, em cada contexto territorial, toda a realidade, identificando todos os ambientes de aprendizagem, todas as infra-estruturas existentes, todos os recursos disponíveis e os circuitos de aprendizagem concretizados pelos indivíduos, no quotidiano das suas vidas, na concretização dos seus projectos familiares e profissionais e no âmbito das suas actividades cívicas e sociais. Conhecer este mapa é uma condição indispensável para se iniciar um pensamento estruturado, integrado e coerente acerca da Educação e da Formação num determinado território.

Só conhecendo, na plenitude, a totalidade dos ambientes de aprendizagem de um determinado contexto territorial – com particular destaque no interior português, pelas razões que já enunciámos anteriormente – poderemos, minimizando os riscos de autismos institucionais que sempre conduzem a autonomias debilitadoras, desenhar uma rede de aprendizagem global, assente em todos os recursos existentes, construída com pilares de cooperação institucional e pessoal e gerida com o rigor e a responsabilidade que as sistemáticas dificuldades financeiras impõem.

É também a existência de uma rede pensada, global e coerentemente, e materializada territorialmente, de forma racional e equilibrada, uma das principais garantias de uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso, permanência e sucesso aos sistemas formais de Educação e Formação em todo o território.

Por outro lado, a *geometria*, variável e adaptável, de uma rede territorial de aprendizagens garantirá também uma maior possibilidade de inclusão de variáveis como o ordenamento do território, o desenvolvimento sustentável e a participação política das instituições e das pessoas na *equação* de desenvolvimento humano, social e económico que todos os territórios têm que, continuamente, ir formulando e resolvendo.

Por último, e não menos importante em toda esta reflexão, só um exercício reflexivo não hegemónico e não colonialista – como aquele que aqui se propõe – possibilita a consideração, em condições de igual dignidade e de equivalente importância para a Educação e a Formação das pessoas, das famílias e das instituições, da cultura local, das instituições comunitárias, do contributo da sociedade civil e do papel dos ambientes não formais e informais para as aprendizagens significativas e estruturantes.

No interior português sempre existiram importantes *escolas fora da escola*. As antigas Casas do Povo, as sociedades de instrução e recreio, as escolas de música, as companhias amadoras de teatro, os centros culturais, as escolas comunitárias, as bibliotecas comunitárias ou de âmbito municipal, os grupos desportivos, as associações recreativas, os agrupamentos de escuteiros, as catequeses, as rádios locais, os jornais locais e regionais, entre tantos outros exemplos que aqui poderíamos referir – e que são uma realidade presente, de forma particularmente activa em todo o interior do país – foram e continuam a ser autênticas escolas de cultura, oficinas de cidadania e pólos de desenvolvimento local em todas as áreas.

Ignorar esta realidade, quando se reflecte em torno da Educação e da Formação no interior português, resultará certamente num exercício incompleto, porque amputado de parte significativa da realidade, subtraído da mais dinâmica dimensão da vida das comunidades e diminuído do conjunto de infra-estruturas, físicas, técnicas e humanas mais qualificado e disponível na generalidade do território.

Para concluir

Como a realidade nos tem evidenciado, as oportunidades de qualificação dos territórios, das instituições e das pessoas constituem, na actualidade, um dos principais factores de competitividade e uma das principais variáveis das decisões de investimento produtivo, de localização de empresas, de fixação de famílias e de mobilidade profissional e pessoal. Neste contexto da qualificação, o interior português, do norte ao sul, é uma realidade de geometria mais difícil do que outras realidades localizadas noutras coordenadas geográficas. A consequência dessa maior dificuldade resulta numa menor atracção de investimentos, empresas e pessoas, menor geração de riqueza, manutenção e reforço de um ciclo negativo de crescimento e sedimentação de expectativas que nem sempre contribuem para a mobilização das potencialidades e das vontades das pessoas e das comunidades.

Aprender no interior português não é, pelas razões apresentadas, uma simples questão que se circunscreva às instituições e pessoas que têm a responsabilidade de desenhar e materializar os ambientes formais de Educação e Formação. É uma questão política da mais fundamental importância da qual dependerá, em grande medida, o futuro de uma parcela determinante do território português.

Nas dimensões da Educação e da Formação, pensar integrada, coerente e cooperativamente, identificar e gerir, participada, rigorosa e responsavelmente, todos os recursos disponíveis é um sinal exterior de inteligência territorial e uma necessidade evidente e resultante dos desafios que hoje se colocam ao interior português.